



Número: **0602282-79.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **10/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Federal**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por MICHELLE DURAN LEITE, CPF: 223.168.278-88, candidata ao cargo de Deputado Federal, pelo Partido Verde - PV.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--------------------------------|---------|
| ELEICAO 2018 MICHELLE DURAN LEITE DEPUTADO FEDERAL (RESPONSÁVEL) | | ALESSANDRO PANASOLO (ADVOGADO) | |
| MICHELLE DURAN LEITE (REQUERENTE) | | ALESSANDRO PANASOLO (ADVOGADO) | |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 8067266 | 04/06/2020 19:51 | Acórdão | Acórdão |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 55.116

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

0602282-79.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

EMBARGANTE: MICHELLE DURAN LEITE

ADVOGADO: ALESSANDRO PANASOLO - OAB/PR43849

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA: ELEIÇÃO 2018 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO – JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE DOCUMENTOS – POSSIBILIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

1. Em sede de prestação de contas, é possível a juntada extemporânea de documentos, na instância originária, para o fim de se assegurar ao candidato a mais ampla oportunidade para demonstrar a regularidade de suas contas de campanha.
2. Embargos conhecidos e acolhidos para aprovar as contas e afastar a necessidade de devolução de recursos públicos.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, acolheu-os, com efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 04/06/2020

RELATOR LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MICHELLE DURAN LEITE, contra o acórdão nº 56.052 (Id. 7799466), que desaprovou as contas relativas às Eleições de 2.018, determinando à candidata que procedesse a devolução de R\$ 26.000,00 ao Tesouro Nacional, nos termos do artigo 82 da Resolução TSE nº 23.553/2018.



Em suas razões (Id. 7858566), a embargante sustenta que é possível sanar a inconsistência relativa à falta de assinatura do fornecedor na documentação apresentada. Ainda, utiliza dos aclaratórios para juntar aos autos o referido documento, com intuito de afastar a necessidade de devolução dos valores.

Por fim, pugna pela atribuição de efeitos infringentes aos presentes embargos para o fim de aprovar as contas e afastar o comando contido no acórdão que determina à candidata a devolução de R\$ 26.000,00 ao Tesouro Nacional.

Encaminhados os autos ao órgão técnico, houve elaboração de parecer de id. 8007066.

Devidamente intimada, a Procuradoria Regional Eleitoral se manifestou pelo conhecimento e provimento dos embargos de declaração (Id. 8022516).

É o relatório.

VOTO

Os embargos de declaração são tempestivos, devendo ser conhecidos. No mérito, merecem provimento, senão vejamos.

Em que pese os declaratórios não admitam, em regra, a juntada de documentação, é cediço que a prestação de contas, ainda que seja um procedimento de caráter jurisdicional, trata-se, evidentemente, de jurisdição voluntária. Portanto, não havendo parte ex adversa ou qualquer outro objetivo que não o esclarecimento de toda a movimentação financeira da campanha eleitoral, inexistente prejuízo que impeça a aceitação dos esclarecimentos e documentos apresentados em sede de recurso.

Nesse sentido, há precedente desta Corte, de lavra do ilustre Dr. Paulo Afonso da Motta Ribeiro, assim ementado:

EMENTA - ELEIÇÕES 2016. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. DOCUMENTOS JUNTADOS EM SEDE RECURSAL. EXAME. POSSIBILIDADE. CAUSA MADURA. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Documentos juntados em sede de recurso. Possibilidade do exame excepcional diante da natureza do processo de prestação de contas e dos princípios que o informam. Aplicação extensiva e sistêmica do artigo 435 do CPC. Precedentes do E.TSE.

2.Documentos que revelam a conduta ativa do prestador de contas no sentido de não ignorar a obrigação legal. Causa madura. Possibilidade de decisão em sede recursal. Precedentes. Documentos, ainda que precários, são suficientes para afastar o julgamento de contas como não prestadas.



3. Recurso conhecido e parcialmente provido para julgar desaprovadas as contas.

(RECURSO ELEITORAL n 5618, ACÓRDÃO n 53208 de 18/07/2017, Relator(a) PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 24/07/2017)

Da íntegra do voto extraio a conclusão que, a meu ver, permite a apreciação da documentação apresentada pelo recorrente, pois “o processo de prestação de contas, ainda que tenha, ao longo do tempo, recebido maior judicialização, **ainda permanece com características administrativas, próprias de uma jurisdição voluntária, onde o procedimento não encontra o mesmo rigorismo formal e preclusivo.**”

Embora o referido julgado seja de recurso eleitoral de prestação de contas relativas às Eleições de 2016, não vislumbro óbice à aplicação uniformizada ao julgamento da prestação de contas originária.

Dessa forma, considerando que a apreciação dos esclarecimentos e da documentação trazida pelo prestador é a medida que melhor se coaduna com a natureza e com o objetivo do procedimento de prestação de contas, na esteira do parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, **conheço** dos documentos apresentados com os embargos.

Pois bem.

Constou no voto:

“No caso em apreço, apontam os itens 6 e 7 do parecer técnico pós-conclusivo que, com relação a certos gastos, a candidata efetuou os pagamentos com cheque, sem, contudo, ser possível comprovar a respectiva despesa, confira-se:

- GOEN PANFLETAGEM – TANIA APARECIDA REGIANI DE SOUZA FACIMOTO (CNPJ nº 12.461.793/0001-25), no valor de R\$ 15.000,00 (recurso do Fundo Partidário), pago com o Cheque nº 900001 (sem contraparte no extrato):
<http://inter03.tse.jus.br/sitdoc/DownloadFile?id=c0870603-51f9-44e1-beef-21cf3860fc43&ini>
; e

- GOEN PANFLETAGEM – TANIA APARECIDA REGIANI DE SOUZA FACIMOTO (CNPJ nº 12.461.793/0001-25), no valor de R\$ 11.000,00 (recurso do Fundo Especial de Financiamento de Campanha), pago com o Cheque nº 900011 (sem contraparte no e x t r a t o) :
<http://inter03.tse.jus.br/sitdoc/DownloadFile?id=9e73e5be-5211-4eaf-bddc-8e1b4866570e&>
.

Com efeito, a utilização dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP) possui aplicações específicas e requer rigoroso controle por parte da Justiça Eleitoral, de modo que, nas prestações de contas, devem ser minuciosamente discriminadas as despesas com ele realizadas (art. 56, I, c, e art. 63, todos da Res. TSE nº 25.553/2017).

Sucede que ambos os recibos apresentados não servem para comprovar as despesas porque não foi discriminada a especificação do serviço eleitoral pelo qual o fornecedor estava sendo remunerado.



*Com efeito, a legislação eleitoral exige expressamente a apresentação de **nota fiscal** ou “**recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação do destinatário e do emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura do prestador de serviços**”, não cabendo ao prestador de contas se negar a cumprir simples requisito legal a seu alvedrio, mormente quando utilizados recursos públicos no pagamento da despesa.*

Em manifestação (id. 5355566), a candidata informou que a ausência da descrição do serviço foi equívoco da empresa, motivo pelo qual juntou declaração do fornecedor especificando o objeto da contratação (id. 5355616 – pág. 3).

Embora a declaração discrimine o tipo de serviço prestado (distribuição de material impresso de campanha), não consta a assinatura do fornecedor, o que impede de atestar a autenticidade do documento apresentado.

Logo, as despesas indicadas pelo Setor Técnico ainda carecem de comprovação”.

Com efeito, a documentação acostada aos aclaratórios comprova satisfatoriamente a realização da despesa, afastando a necessidade de recolhimento da quantia (ids. 7858966 e 7859016).

Assim, constata-se que a falha que ensejou a determinação de recolhimento das sobras restou devidamente sanada, suprimindo a desídia da candidata. Portanto, é de se acolher os embargos de declaração para afastar a determinação de recolhimento.

Outrossim, anoto que a candidata sanou o vício que ensejava a desaprovação das contas, razão pela qual também deve ser alterada a conclusão pela desaprovação das contas, para aprovar as contas apresentadas, diante da ausência de constatação de qualquer outra irregularidade.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer os embargos de declaração opostos e da documentação anexa e, no mérito, por acolhê-los, com efeitos modificativos, para aprovar as contas, excluindo a determinação de recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.

É o voto.

LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - RELATOR



EXTRATO DA ATA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602282-79.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DES. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - REQUERENTE: MICHELLE DURAN LEITE - Advogado do(a) REQUERENTE: ALESSANDRO PANASOLO - P R 4 3 8 4 9

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, acolheu-os, com efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavarano - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO

DE 04.06.2020

